

REQUERIMENTO Número / (.^a)

PERGUNTA Número / (.^a)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

Chegou ao conhecimento do Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda que a Embaixada da Índia não está a realizar atendimentos, nem a dar resposta às solicitações dos seus nacionais, o que muito tem prejudicado a comunidade indiana em Portugal. Segundo foi relatado ao Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda, aquela representação diplomática instituiu um sistema informático para agendamento de atendimentos que funciona apenas durante alguns minutos por dia e que, na prática, atendendo aos formulários que é necessário preencher, torna impossível a marcação de atendimento. Uma das pessoas com quem falámos relatou que em cerca de um ano e meio de tentativas de marcação, apenas conseguiu, efetivamente, agendar um atendimento.

Significa isto que os cidadãos indianos estão impedidos de proceder à renovação e emissão da sua documentação, designadamente de passaportes, o que tem tido graves consequências nas vidas destas pessoas. Com efeito, esta circunstância dificulta a sua regularização em território nacional e o reagrupamento familiar, limita a instrução dos processos junto da AIMA, e impede a renovação dos documentos portugueses. Para além disso, a falta de documentação coloca entraves no acesso à saúde, à educação e ao emprego devidamente protegido e com direitos. A situação tem sido de tal forma grave que alguns cidadãos tiveram que se deslocar à Índia para renovar o passaporte, medida extrema que, obviamente, não está ao alcance de todos.

Ora, no entendimento deste Grupo Parlamentar, atendendo a que estes cidadãos não podem entregar os documentos exigidos pelo Estado Português por causas que não lhes são imputáveis, também não devem, por isso, ser penalizados. Nesse sentido, é preciso perceber se a AIMA tem tido esta factualidade em consideração e se tem acautelado os direitos destes cidadãos, nomeadamente em termos de prazos para entrega de documentos.

Esta situação exige esclarecimento, pelo que atendendo ao exposto, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda vem por este meio dirigir ao Governo, através do Ministro da Presidência, as seguintes perguntas:

1. Tem o Ministério conhecimento desta situação?
2. Qual tem sido o procedimento adotado pela AIMA para os casos em que os cidadãos não entregam os documentos por impossibilidade de obtenção/renovação na respetiva representação diplomática?

Palácio de São Bento, 1 de outubro de 2024

Deputado(a)s

FABIAN FIGUEIREDO(BE)

JOSÉ MOURA SOEIRO(BE)